

TORNANDO VISÍVEL O FAZER LOCAL: A EDUCAÇÃO REMOTA EM RIO PRETO – MG EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19

Fernanda Campos Junqueira
fernandajunqueirajf@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as alternativas e estratégias adotadas pela rede municipal de ensino na cidade de Rio Preto, localizada no interior de Minas Gerais, frente à pandemia do coronavírus. A realidade brasileira, marcadamente desigual, assume contornos ainda mais complexos com a COVID-19, que vem exigindo uma adaptação em diferentes áreas para minimizar os danos gerados pela pandemia. Diante deste cenário, procuraremos refletir e promover o debate sobre as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro, à luz do referencial teórico-epistemológico da sociologia das ausências e das emergências desenvolvido por Boaventura de Souza Santos. Ressalta-se que os princípios metodológicos norteadores deste trabalho consubstanciam-se nas características que definem um estudo intensivo e de abordagem compreensiva, que procura trabalhar de maneira analítica-interpretativa o conteúdo da vida social, considerando-o em sua complexidade. Além da revisão de literatura, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Educação e com profissionais envolvidos com a gestão escolar de uma Escola Municipal para apresentar as estratégias pedagógicas adotadas durante o período de suspensão de aulas presenciais no contexto da Educação Básica do município.

Palavras-Chave: Educação remota; Desigualdade; Fazer local.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficará marcado na história como um período de grandes e profundas transformações. Não imaginamos que um vírus seria capaz de mudar por completo nosso hábitos, rotinas e relações sociais. São muitos os estudos e esforços no sentido de compreender a maneira como o SARS-CoV-2 (OPAS, 2020), um novo coronavírus descoberto inicialmente na China no final de 2019, afeta o organismo humano e, principalmente, para tentar encontrar medicamentos que o combatam e vacinas que o previnam.

Em meio a tais estudos e pesquisa, é sabido que as medidas de prevenção são hoje fundamentais para impedir a contaminação pela COVID-19. Dentre as formas mais eficazes de proteger a si e aos outros destacam-se a higiene das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento social. Tais medidas profiláticas, em especial o distanciamento social, tem exigido uma série de reformulações que impactam sobremaneira a vida dos indivíduos, em particular nas esferas social, econômica e educacional.

A urgente suspensão das aulas tem imposto desafios aos sistemas educacionais, aos docentes, aos alunos e às suas famílias. Tais adversidades se agravam variando de acordo com as desigualdades e disparidades existentes. Nesse sentido, compreender as medidas adotadas por diferentes contextos e sistemas educacionais podem lançar luz sobre as alternativas possíveis frente à pandemia do coronavírus. Ao presentificar experiências locais, que mesmo diante de uma série de dificuldades, demonstraram grande atenção à circunscrita realidade, podemos ampliar os conhecimentos sobre saberes e práticas possíveis, que usualmente não são explorados e divulgados. Destarte, lançando mão da sociologia das ausências e das emergências proposta por Santos (2002), procuramos dar visibilidade às práticas pedagógicas adotadas pelo município de Rio Preto, Minas Gerais, e de uma das escolas de sua rede. Buscamos apresentar

o modelo de ensino remoto pautado na elaboração e impressão de materiais, que a cada 15 dias são entregues aos estudantes, justamente porque sua escolha ancorou-se em uma decisão democrática e local, garantindo que nenhum aluno fosse excluído do processo educacional.

2. O CORONAVÍRUS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

É notório que a pandemia e a necessidade de distanciamento social não afetam igualmente as pessoas. Famílias mais pobres vivem de forma mais cruel e dura o desemprego, a ausência de direitos e de garantias sociais em razão da informalidade laboral e, conseqüentemente, passam por mais privações materiais, especialmente neste momento. Estes indivíduos compartilham vulnerabilidades que antecedem a pandemia, mas que se agravam com ela. No Brasil assistimos ao aprofundamento das injustiças e das opressões sistemáticas. A exposição a diferentes formas de dominação e exploração gerada pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, segundo Boaventura de Souza Santos, nos enquadraria em um “Sul Global” socialmente silenciado e menosprezado (SANTOS E MENESES, 2010). Este Sul definiria-se não por sua localização geográfica, mas por sua condição epistemológica de submissão em relação ao “Norte Global”, detentor do saber dominante.

É importante olharmos para o Brasil situando-o neste Sul que compartilha com outros países especialmente da América Latina e da África o sofrimento gerado por um sistema de negação e exclusão. Ao olharmos mais cuidadosamente para nossa realidade, somos capazes de enxergar que uma “linha abissal” (SANTOS, 2002) determina a existência de demarcações que resultarão em processos de invisibilidade, hierarquia e exclusão. São inúmeras as fraturas abissais que aqui operam em tempos de pandemia. Os mais atingidos pela COVID-19 são os negros, aqueles que residem nas periferias ou nos bairros mais pobres e adensados, indivíduos cujas residências não têm saneamento básico, ou aqueles que não acessam com facilidade os serviços de saúde. A pandemia amplifica nossas desigualdades econômicas, de gênero, raciais, sociais e educacionais. A taxa de letalidade por bairros nas grandes cidades brasileiras confirma o lamentavelmente previsto: nos bairros mais abastados os índices de mortalidade são bem menores que nos bairros mais pobres (O GLOBO, 2020)¹. O Estado, atuante muitas vezes como força policial não se faz presente, por exemplo, enquanto política pública de saúde nestas mesmas regiões. Temos hoje muitos mortos pela pandemia entre os menos favorecidos que precisam travar uma luta (bastante desigual) contra o vírus, enfrentando evidentes fragilidades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A diferença na taxa de letalidade entre ricos e pobres no Brasil ilustra a forma não democrática como as pessoas são afetadas pelo coronavírus. A falta de saneamento básico, de acesso a serviços de saúde adequados, a itens básicos de higiene e até mesmo à água, são problemas que dificultam as medidas de contenção do vírus em distintas zonas da cidade. Os “invisíveis”, os indesejados, os pobres ou aqueles que não podem deixar de trabalhar, são os que mais morrem. A classe social passa a ser então um fator de risco que também irá influenciar na definição de quem morre de COVID-19 no país.

No âmbito educacional a realidade não é muito diferente. Instituições escolares de todo Brasil foram direta e duramente afetadas pela pandemia. Escolas e universidades foram

¹ No início de maio uma reportagem do jornal O Globo apontou que a COVID-19 era mais letal em regiões de periferia no Brasil. O distrito de Brasilândia, por exemplo, marcado por grande adensamento populacional e com baixo índice de emprego formal, registrou recorde de vítimas fatais pelo coronavírus em São Paulo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em 23/07/2020.

fechadas e estima-se que mais de 47 milhões de alunos² no Brasil estão com as aulas presenciais suspensas de meados de março de 2020³.

Como forma de minimizar os problemas decorrentes da pandemia, a Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020 desobrigou as instituições de ensino a cumprirem o mínimo de 200 dias letivos exigidos por lei, desde que mantidas as 800 horas mínimas de aula. Em 18 de agosto de 2020 o Presidente sancionou a Lei nº 14.040/2020 (inspirada na MP) com alguns vetos, dentre eles à obrigatoriedade da União em prestar assistência técnica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal para a oferta de aulas e atividades pedagógicas a distância. Na prática, tais normativas não resolvem os problemas enfrentados por gestores e professores que se deparam cotidianamente com a escassez e o desigual acesso aos recursos materiais e tecnológicos capazes de viabilizar o processo educacional.

Alguns Pareceres desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Educação como o CNE/CP nº 5/2020 de 28/04/2020, o CNE/CP nº 9/2020 de 08/06/2020 e o CNE/CP nº 11/2020 de 07/06/2020 foram elaborados na tentativa de versar sobre a substituição das aulas presenciais pelo Ensino a Distância (EaD) virtual ou por atividades remotas enquanto durar a situação de pandemia e a necessidade de distanciamento social. Inúmeros estados e municípios passaram a adotar tecnologias educacionais, como o ensino a distância on-line utilizando como apoio diferentes plataformas digitais. Tal modalidade de ensino - usualmente mais presente no ensino superior - tornou-se uma realidade controversa no ensino básico em meio a diferentes contextos e desigualdades educacionais. Escolas, gestores, professores, alunos e famílias forçosamente tiveram que se adequar e reorganizar suas atividades, valendo-se de práticas não presenciais.

A Internet tornou-se uma importante aliada no estabelecimento e manutenção das relações que usualmente acontecem presencialmente. Alunos e professores, especialmente de escolas da rede privada, se adaptaram (com mais ou menos dificuldades) aos novos tempos de pandemia utilizando os chamados ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Entretanto, este quadro está longe de representar fielmente a realidade de grande parte da população nos diferentes estados e municípios brasileiros. A pesquisa TIC Domicílios 2019, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), aponta que 20 milhões ou 28% dos lares no Brasil não têm acesso à internet. Nas áreas rurais, tal acesso contempla um pouco mais de 50% das residências. Além disso, para 58% das pessoas o celular é o único dispositivo usado para acessar a rede mundial de computadores (CETIC, 2020). Tais dados sugerem que nem sempre os alunos dispõem de uma internet de qualidade para acessar os conteúdos on-line e que faltam equipamentos como computadores e notebooks que permitam aos estudantes contarem com uma estrutura mais adequada para desenvolvimento de seus estudos.

A dificuldade no acesso à internet ou a qualidade da conexão são pequenas partes de uma série de problemas vivenciados por um grande número de alunos, cuja realidade encontra-se imersa em dificuldades muito maiores e graves. Estes estudantes sofrem com a falta de espaço apropriado para o estudo em casa; com problemas sociais e econômicos (como a falta da merenda na alimentação diária); com maior exposição às violências físicas ou simbólicas; com a baixa escolaridade de seus familiares que não conseguem lhes auxiliar em seu processo de aprendizagem; e com professores que não foram preparados para ministrar aulas on-line. Os alunos pobres, moradores de comunidades periféricas, oriundos de áreas rurais ou ainda os

² Segundo dados do Censo Escolar de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil tem 47,9 milhões de estudantes na Educação Básica (INEP, 2019).

³ Até o início de setembro, momento em que este artigo foi finalizado, grande parte das escolas continuava fechada, embora alguns estados já se organizassem para retornar as atividades escolares presenciais. A rede privada em alguns municípios travava uma disputa jurídica na tentativa de garantir a reabertura das escolas.

estudantes indígenas e quilombolas, são ainda mais prejudicados por alguns modelos impostos de cima-para-baixo que ignoram por completo a realidade brasileira. A fratura social é alargada e as desigualdades econômicas, sociais, culturais, educacionais e digitais se interpõem agravando os processos de opressão e exclusão.

Em meio a algumas propostas de EaD adotadas por estados e municípios, buscamos apresentar a alternativa proposta pelo município de Rio Preto-MG, que mesmo diante de uma série de dificuldades, demonstrou grande atenção à circunscrita realidade. Na tentativa de lançar luz sobre esta realidade local, optou-se por apresentar as estratégias adotadas por uma instituição escolar da rede municipal de ensino, que será objeto de reflexões mais a frente. Para que possamos compreender um pouco mais dos pressupostos teóricos e epistemológicos que consubstanciam esta pesquisa, apresentaremos brevemente a seguir a sociologia das ausências e das emergências desenvolvida por Santos (2002).

3. A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS

A ciência moderna consagrou os modos ocidentais e, em grande medida eurocêntricos, do saber/fazer. Reconhecer que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238), é uma forma de tornar visível iniciativas que são desperdiçadas por serem menos valorizadas. Neste sentido, são objetivos da sociologia das ausências e das emergências demonstrar como é gestada socialmente a produção desta invisibilidade e, ao mesmo tempo, tornar emergente a multiplicidade de práticas e perspectivas existentes.

A tentativa de focalizar e lançar luz sobre uma realidade local, cujos saberes e práticas estão ancorados no contexto social vai ao encontro da chamada sociologia das ausências e das emergências proposta por Santos (2002). As formas de compreensão e as práticas presentes no mundo excedem ao que é ditado e determinado pelos grandes centros, cujos saberes são legitimados pelo poder social, econômico e cultural. As experiências locais são muito mais amplas e variadas do que nos são apresentadas pelos grupos hegemônicos. Segundo Santos (2002, p. 248),

[...] a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.

A sociologia das ausências e das emergências nos permite vislumbrar iniciativas e movimentos menos evidentes. Saberes e práticas diferentes ficam fora dos debates por serem considerados ultrapassados ou menos relevantes. Nas palavras de Santos (2002, p. 246), “o objectivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”. Seu objetivo é identificar o processo e os mecanismos de invisibilização das experiências produzidas, desvelando-os e presentificando-os.

Levando em consideração o exercício proposto pela sociologia das ausências e das emergências de garantir visibilidade às práticas socialmente menos reconhecidas, lançamos mão do município de Rio Preto e de uma das escolas de sua rede. Buscamos apresentar o modelo de ensino remoto adotado e as estratégias pedagógicas utilizadas ancoradas à realidade local. Tal qual proposto por Santos (2002), procuramos lançar luz sobre o ensino remoto pautado na elaboração e impressão de materiais, que a cada 15 dias são entregues aos estudantes da rede, justamente porque esta escolha ancorou-se em uma decisão democrática e local, garantindo que nenhum aluno fosse excluído do processo educacional. O caminho proposto pelo município apresentou-se como uma alternativa viável à sua realidade frente a EaD virtual, adotada por

alguns estados e municípios de maneira pouco planejada e desvinculada das especificidades contextuais.

A pesquisa “Ações das Secretarias Municipais de Educação durante a pandemia da COVID-19” (UNDIME, 2020) realizada durante o mês de agosto junto de 4272 municípios (correspondente a 77% das cidades brasileiras), aponta que 95% deles utilizam como estratégia de ensino não presencial a entrega de materiais impressos. 4044 cidades adotaram este modelo remoto, entretanto tais propostas não ressoam ou recebem o destaque que é ofertado ao ensino on-line.

Compartilhamos com Oliveira (2006) a percepção de que a utilização da sociologia das ausências em pesquisas educacionais pode fazer emergir mundos e experiências tornados invisíveis por estudos anteriores e por modelos educacionais socialmente consagrados. Tornar evidentes práticas e vivências educacionais possibilitam-nas tornarem livres do estatuto de invisibilidade e de inferioridade.

4. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Os princípios metodológicos norteadores deste trabalho consubstanciam-se nas características que definem um estudo intensivo e de abordagem compreensiva, que procura trabalhar de maneira analítica-interpretativa o conteúdo da vida social, considerando-o em sua complexidade (BOGDAN e BIKLEN, 2003).

Com base em métodos de pesquisa qualitativa, foram realizadas ao longo do mês de junho de 2020 entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Educação, com o diretor, a vice-diretora e a Supervisora Pedagógica de uma Escola Municipal na tentativa de compreender como foi gestado o modelo de educação remota por meio da entrega de materiais impressos. Buscou-se analisar se tal escolha ancorou-se na realidade do município, considerando o contexto dos alunos das zonas rurais, bem como as percepções e avaliações dos gestores escolares sobre o modelo adotado.

O registro das informações se deu por meio de gravações, devidamente autorizadas pelos participantes. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido constando, principalmente, os objetivos da investigação, a garantia do anonimato e a permissão para a utilização das informações concedidas. Os nomes dos entrevistados foram ocultados ao longo deste texto. Eles foram referenciados no trabalho pelo cargo/função que exercem no município e na instituição investigada. O estabelecimento de ensino pesquisado foi denominado apenas como Escola Municipal.

As entrevistas foram transcritas e alguns fragmentos apresentados no trabalho com o objetivo de consolidar a análise e aproximar a literatura pesquisada das narrativas reproduzidas. Passemos a seguir para a apresentação do município e sua condição frente à pandemia.

5. RIO PRETO E O FAZER LOCAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Rio Preto é um pequeno município localizado na Zona da Mata Mineira. A cidade encontra-se situada em um território de 348 Km² em um vale cercado de montanhas aos pés da Serra da Mantiqueira. De acordo com o último Censo demográfico de 2010, a cidade conta com 5292 habitantes (IBGE, 2010)⁴.

De acordo com o censo escolar de 2019 (INEP, 2019) havia 477 alunos matriculados nas instituições municipais (urbana e rurais) distribuídos entre a pré-escola e os anos iniciais e

⁴ De acordo com os dados atualizados do IBGE (2019), a população estimada em 2019 era de 5476 pessoas, indicando pouca mudança no contingente populacional.

finais do ensino fundamental. 58 estudantes encontravam-se matriculados no Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Há na cidade cinco escolas municipais destinadas à Educação infantil, ao Ensino Fundamental I e II e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Há também uma Escola Estadual responsável pela oferta do Ensino Médio e do EJA. Três das cinco instituições municipais estão localizadas nas zonas rurais do município. Os estudantes que residem em áreas rurais onde não têm escola, podem contar com o transporte escolar para buscá-los e levá-los de volta às suas casas.

Rio Preto teve seu primeiro caso de paciente com COVID-19 no final de junho, reforçando a hipótese apresentada por muitos epidemiologistas e especialistas de que a “interiorização” do vírus ocorreria em momentos de flexibilização nas grandes cidades. Foram diversas as ações da Secretaria Municipal de Saúde na tentativa de promover medidas de conscientização e prevenção contra a disseminação do vírus. Dentre as práticas adotadas desde meados de março estão a desinfecção das ruas, o trabalho de controle e conscientização da população nos principais pontos da cidade e nas zonas rurais, a aquisição de testes para a COVID-19 e a instalação de barreiras sanitárias nos acessos à cidade. A baixa densidade demográfica do município, de 15,20 hab/km² (IBGE, 2010) e a colaboração da população podem também ter contribuído para a tardia chegada do vírus no município.

As aulas municipais presenciais foram suspensas no dia 18 de março, por meio do Decreto Municipal nº042 de 16 de março de 2020, em consonância com o que foi proposto pelo governo do estado de Minas Gerais e em sintonia com as determinações do Ministério da Saúde. Neste contexto inicial, diferentes sistemas de ensino de todo o país suspenderam suas atividades presenciais com o objetivo de reorganizar e avaliar as medidas que poderiam ser futuramente adotadas. Foi neste período que a Secretaria Municipal de Educação junto de diretores e professores se propuseram a refletir sobre as medidas e alternativas que garantissem a continuidade das atividades dos alunos sem colocar em risco a saúde da comunidade escolar.

Em meados de maio, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) propôs o regime de estudo não presencial para os alunos das escolas da rede pública estadual. Tal regime se efetivou, em grande medida, por meio dos planos de estudos tutorados (PET), que são apostilas para alunos e professores trabalharem os conteúdos curriculares complementando o que é oferecido pelo livro didático. As apostilas podem ser baixadas diretamente de um site destinado a este objetivo ou o estudante pode optar por receber o material impresso em sua casa.

Este material que compõe os planos de estudos tutorados recebeu duras críticas de professores e especialistas em educação que encontraram inúmeros erros ortográficos, gramaticais e de conteúdo. Uma Audiência Pública foi realizada no início de junho pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para discussão das falhas cometidas e dos problemas encontrados nestas apostilas. Após os apontamentos dos erros e sua divulgação pela mídia, a SEE/MG resolveu fazer uma revisão e correção do material (LANZA, 2020).

A rede municipal de ensino de Rio Preto optou por não adotar os planos de estudos tutorados propostos pelo estado, embora a Secretária Municipal de Educação tenha afirmado que o uso das apostilas foi facultado aos professores. Segundo a entrevistada, a atenção para com a realidade local e o respeito à autonomia do professor foram determinantes para essa definição: “A realidade aqui é muito diferente [...] Se você chega na minha sala de aula e vai me dar um planejamento [dizendo]: você aplica esse planejamento na sua sala de aula. Quem sabe da realidade dos meus alunos sou eu” (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: depoimento verbal [2020]. Rio Preto).

Embora o planejamento da Secretaria de Estado de Educação permita adaptações, ela ainda assim não contempla um grande número de cidades mineiras, cujo acesso a determinados meios e veículos de comunicação é bastante restrito.

A Secretaria Municipal de Educação, atenta à realidade local, após uma reunião com gestores e professores, escolheu um caminho independente, mas com pontos em comum ao que foi proposto pela Secretaria Estadual. O Decreto Municipal nº 071 de 29 de abril de 2020 dispôs, então, sobre a regulamentação da forma de trabalho dos profissionais da educação e a realização de atividades remotas. Tal documento definiu que direção, supervisores, professores e demais profissionais deveriam trabalhar em regime especial, elaborando e organizando atividades impressas, que seriam disponibilizadas aos estudantes.

O primeiro ponto a se destacar é que a escolha se atentou para o fato de muitos dos alunos não terem computadores e acesso à Internet em casa. Embora não se disponha de dados estatísticos sobre o acesso a tecnologias digitais no município, todos os entrevistados afirmaram que somente uma pequena parcela dos alunos da rede conseguiriam acompanhar as atividades virtuais. Ficariam excluídos muitos estudantes residentes nas áreas rurais, cujo acesso à Internet é ainda mais raro e complexo.

A maior parte das localidades rurais [do município], mesmo já tendo a rede, os alunos não têm acesso devido às condições socioeconômicas deles. Além disso, mesmo que estes alunos tivessem Internet, nem todos teriam equipamentos para participar da aula on-line, que seria o computador e o celular próprio. Então, a única forma de contemplar alguma forma de conhecimento era desse jeito, por meio da entrega de material impresso (DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL: depoimento verbal [2020]. Rio Preto).

É preciso destacar que neste momento de pandemia alguns estados e municípios optaram pela virtualização do ensino na educação básica. Ouvimos de alguns entusiastas da educação à distância que é possível transpor facilmente o universo da escola para as plataformas digitais, bastando que os professores gravem suas aulas ou as transmitam on-line. Nos deparamos com ideias simplistas, que apresentam a educação virtual como solução milagrosa capaz de modernizar o processo pedagógico e torná-lo mais ativo e colaborativo. Entretanto, tais soluções desconsideram as desigualdades digitais aqui presentes. Não há como descartar a importância dessas tecnologias na ampliação das formas de comunicação e interação em um momento tão delicado como este. Entretanto, seu uso compulsório pelos sistemas de ensino pode aumentar ainda mais os mecanismos de exclusão e, como consequência, agravar as desigualdades existentes, como já demonstrado anteriormente. Torna-se injusto exigir que estudantes de diferentes realidades e origens sejam obrigados a se conectarem a internet para continuarem seus estudos. Em Rio Preto, segundo a Secretária Municipal: “Nem cogitamos. Ouvimos muito falar [em ensino on-line]. Aqui não tem. A maioria, muitos [alunos] não têm nem celular. Como é que vai estudar on-line?” (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: depoimento verbal [2020]. Rio Preto).

Além das dificuldades tecnológicas, ressalta-se que a Secretaria Municipal também levou em consideração o fato de muitos estudantes não terem a autonomia de estudo demandada para o uso da EaD. A Rede Municipal é responsável pela oferta da educação infantil e pelo Ensino Fundamental I e II. No caso da educação infantil, o uso da modalidade de EAD não é sequer autorizada pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) vigentes. No Ensino Fundamental, embora em situações emergenciais possa se lançar mão da EaD, a medida acaba por atender mais a uma demanda de grupos privados⁵ do que da rede pública de ensino. Conforme nota

⁵ Empresários como Jorge Paulo Lemman e sua Fundação anunciaram o interesse em investir no ensino on-line durante o contexto de pandemia no país (MARTÍNEZ-VARGAS, 2020). Em março deste ano, o empresário

divulgada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o uso da EaD deve ser experimentado apenas de maneira complementar, necessitando de monitoramento para verificar sua eficácia e levando em consideração a existência de suporte tecnológico, metodológico e de formação dos professores (UNDIME, 2020).

Segundo informações fornecidas pela Secretária Municipal de Educação, além da reunião inicial que determinou a suspensão das aulas presenciais, os professores junto de seus supervisores e diretores puderam refletir e propor novas estratégias em um grupo de WhatsApp, criado especialmente para esta finalidade. Observa-se já no início das proposições das ações a atenção para a participação coletiva dos professores, técnicos pedagógicos e diretores das escolas municipais, algo nem sempre presente na gestão educacional. A Secretaria Municipal não se limitou a determinar de cima-para-baixo o modelo a ser adotado, mas compartilhou a escolha aos diferentes agentes educacionais. Ressalta-se, entretanto, a ausência dos demais membros da comunidade escolar, como os outros funcionários da instituição, alunos e pais - atores fundamentais que não foram consultados sobre a modalidade.

Segundo a supervisão pedagógica, a direção e a vice-direção, os professores têm autonomia para desenvolver o conteúdo e as atividades que serão entregues aos alunos. Conforme a supervisora, houve uma preocupação com a adaptação deste conteúdo para o modelo remoto, justamente em razão da ausência presencial do professor neste processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a entrevistada, os docentes têm independência para fazer as proposições que julgarem necessárias de acordo com o conteúdo de suas disciplinas. A distribuição dos conteúdos e das atividades não é realizada igualmente entre todos os campos disciplinares, mas obedece ao número de aulas semanalmente designado a cada professor por turma.

Além da preocupação com as questões pedagógicas, houve uma especial atenção para com a saúde dos envolvidos em toda a cadeia de confecção, entrega e devolução dos materiais. Pensando na segurança de todos, ficou determinado que os professores deveriam enviar digitalmente o material e as atividades propostas para a supervisão pedagógica de sua instituição. A supervisão se responsabiliza pela impressão dos materiais, que são devidamente organizados em envelopes, respeitando as disciplinas por aluno e turma. Tais envelopes ficam separados por alguns dias até a data de entrega aos alunos. Os estudantes residentes nas zonas rurais não precisam se deslocar até a cidade. Um ônibus leva o conteúdo na localidade onde residem. Neste momento também é feita a devolução das atividades anteriormente propostas. A partir daí, os envelopes são separados em caixas por turma e, só depois de sete dias, os professores têm acesso às tarefas de seus alunos.

Na Escola Municipal investigada, os professores elaboram um material e propõem atividades correspondentes a sua disciplina e ao conteúdo que seria trabalhado presencialmente em sala ao longo de 15 dias. Algumas carteiras são dispostas em uma fileira, formando um extenso balcão que separa os profissionais que realizam as entregas dos responsáveis que vão buscar o material dos estudantes. Cabe destacar que a Escola Municipal optou por realizar a entrega aos responsáveis dos alunos ao invés de entregá-lo diretamente ao estudante. Tal opção foi feita porque a comunidade estudantil é composta por crianças, pré-adolescentes e majoritariamente por adolescentes. A instituição oferece parte do Ensino Fundamental I, 4º e 5º anos no período da tarde, e o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º anos no período da manhã. Há ainda uma turma de Fundamental II destinada a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite. Neste caso, os alunos maiores de 18 anos podem se responsabilizar por buscar

manifestou seu desejo de ampliar a sua atuação e comercialização de seus produtos - em especial de algumas plataformas como a Khan Academy, que é financiada por sua Fundação - para as escolas públicas (GONÇALVES, 2020).

e entregar o material. É importante salientar que no início das ações de entrega dos envelopes, um carro de som e um anúncio na rádio local comunicavam a todos os moradores sobre as datas e horários previamente agendados.

Segundo informações fornecidas pela direção da Instituição, a escola tem hoje 275 alunos regularmente matriculados, 40% deles residentes em zonas rurais da região. Trata-se de uma particularidade que influenciou sobremaneira no processo decisório sobre as estratégias de educação não-presencial a serem propostas. Obviamente, o fato dos alunos serem jovens e estarem matriculados no Ensino Fundamental II também foram levados em consideração. Observa-se mais uma vez a atenção para o nível de ensino, mas também para a realidade da comunidade atendida, que vai ao encontro do que propõe Santos (2002) na Sociologia das ausências e emergências. Trata-se da aplicação de um modelo ancorado na realidade local, que apresenta-se como uma alternativa à lógica do ensino virtual por meio de plataformas digitais. Obviamente, não se trata aqui de menosprezar ou diminuir a importância da EaD. Seu modelo e suas ferramentas podem ser fundamentais para o processo de democratização da educação e do saber, mas há que se ter em mente que a opção por adotá-la ou não deve levar em consideração o contexto e as condições socioeconômicas, educacionais e culturais dos estudantes.

O ensino on-line compulsoriamente adotado como única alternativa pode excluir do processo educacional estudantes e professores que não tenham recebido suporte tecnológico, metodológico e de formação para o manuseio das tecnologias educacionais. A EaD, já bastante presente sobretudo no ensino superior privado, passou a ser considerado nos tempos de pandemia como um modelo “mágico”, capaz de solucionar os problemas da suspensão das aulas presenciais de algumas escolas. A defesa do seu uso pela mídia, forçada pelas instituições e grupos privados que solicitam sua utilização no ensino básico, acaba por invisibilizar iniciativas e propostas que não seguem o modelo digital.

A invisibilização de certas práticas e formas de fazer que se distanciam do que é hegemonicamente defendido relaciona-se com a lógica da escala de dominação, como aponta Santos (2002). Está lógica opera no sentido de produzir uma ocultação daquilo que destoa do que é predominantemente defendido, tornando irrelevante ou menos importante todas as outras possíveis escalas. Tornar visível a experiência da Escola Municipal analisada faz parte deste processo de presentificação de uma experiência que tem em mente a realidade local e as práticas e saberes de seus agentes. Trata-se, como sinaliza Oliveira (2006), de contribuir para uma “arqueologia das existências invisíveis” permitindo revelar o que “constitui a verdadeira existência diária as escolas” (OLIVEIRA, 2006, p. 56).

A experiência da Escola Municipal investigada não exclui a utilização das ferramentas digitais, entretanto, a instituição não as utiliza de maneira exclusiva e compulsória. De forma complementar e com o objetivo de permitir uma maior interação entre os alunos e os professores das disciplinas, foram criados variados grupos no WhatsApp por turma e disciplina⁶. Nestes grupos, os alunos podem compartilhar questões, trocar informações sobre o conteúdo e conseguem, em horário previamente agendado, conversar diretamente com os professores e solucionar eventuais dúvidas. Ressalta-se, entretanto, que a participação no grupo não é mandatória ou determinante para o acompanhamento dos conteúdos, como enfatizado pelo diretor e a vice-diretora da instituição. O WhatsApp é uma ferramenta complementar que permite ao aluno e ao docente acessarem as mensagens e os conteúdos enviados a qualquer momento, ou seja, caso eles não estejam disponíveis ou não tenham acesso à Internet em um

⁶ Foram cadastrados nos grupos de WhatsApp os telefones dos próprios alunos (no caso deles próprios terem um dispositivo), mas também dos pais, tios, vizinhos ou qualquer pessoa próxima que permita o acesso ao conteúdo compartilhado.

horário específico, poderão fazê-lo em outro momento. A interação, mesmo que de forma assíncrona, continua ocorrendo tornando mais democrático o acesso às informações e ao conhecimento.

Segundo a supervisora pedagógica, a utilização dos grupos de WhatsApp de forma complementar também se atentou para a realidade dos docentes da instituição. Segundo a entrevistada, muitos docentes estão próximos de se aposentarem e/ou não estão familiarizados com a utilização das tecnologias digitais para fins pedagógicos. Entretanto, ressaltou o empenho dos professores, que na sua opinião, estão se esforçando e cumprindo com afinco suas atividades. Tal ponto de vista é compartilhado pela direção e vice-direção, que também avaliam positivamente o desempenho dos professores.

O Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG) publicou as Notas de Esclarecimento e Orientações nº 01/20 e nº02/20 e a Resolução CEE nº 474/2020 recomendando que as instituições de ensino registrem e arquivem as comprovações das atividades escolares desenvolvidas remotamente, com o objetivo de compor parte da carga horária de atividade escolar obrigatória. Segundo a Secretária Municipal de Educação os diretores, a supervisão pedagógica e os professores foram orientados a realizarem tais registros a fim de que, no futuro, possam ser validados. No período de realização das entrevistas, ainda não era discutido o retorno das aulas presenciais, entretanto, já havia uma preocupação em acompanhar o que estava sendo proposto como forma de reposição ou validação das atividades remotas.

É importante destacar o esforço de toda a equipe escolar no sentido de não abandonar os estudantes e seus familiares neste complexo momento de pandemia, que acentua ainda mais as desigualdades já presentes na instituição escolar. Os processos de exclusão educacional se manifestam em diferentes campos que se entrecruzam e se reforçam. Como afirmaram Bourdieu e Passeron (1992), as instituições escolares são responsáveis por reproduzir e reforçar as desigualdades por meio da legitimação de um conteúdo cultural que é familiar especialmente aos grupos dominantes. A cultura escolar, socialmente legitimada e apresentada como neutra é, na realidade, a cultura “eleita” e imposta pelas elites. Como efeito, a escola propiciaria a reprodução das desigualdades sociais por meio da legitimação desse conhecimento formal, mais facilmente acessado pelos alunos cujas famílias são detentoras deste capital.

A dificuldade das famílias em auxiliar os alunos com as tarefas propostas ilustra a maneira como a escola acaba por privilegiar alguns grupos (detentores do capital cultural) em detrimento de outros, cujos saberes não são socialmente valorizados. A escolaridade dos responsáveis nem sempre os permite auxiliarem seus filhos com os exercícios propostos ou os possibilita terem uma familiaridade com o universo estudantil, dificultando o processo de ensino-aprendizagem do aluno. O capital cultural ou a herança cultural familiar, como afirma Bourdieu (1998) teria um significativo impacto no sucesso ou no fracasso do aluno e em seu destino escolar. Este distanciamento simbólico entre a família e a escola é elucidado nas falas da Secretária Municipal e da supervisora pedagógica.

O Governo Federal não sabe o que acontece nas cidades do interior. Se eles soubessem que a gente compra material escolar e leva para a escola... O menino pede o caderno hoje. [Você] vai lá, pega o caderno no almoxarifado e entrega para o menino. Chega amanhã, você pergunta na sala de aula: cadê seu caderno? [O aluno responde] a minha mãe pôs fogo no fogão a lenha. Cadê seu caderno? O meu pai arrancou um monte de folhas. Por que ele arrancou um monte de folhas? ‘Pra’ fazer cigarro [...] Esse pai deve ser uma pessoa que não teve oportunidade e, por isso, ele não dá valor àquilo que ele não teve oportunidade de ter (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: depoimento verbal [2020]. Rio Preto).

O pai não estudou. O pai não sabe o conteúdo. A gente tem orientado muito para pedir alguém próximo para ajudar nos estudos [...] A gente tem essa preocupação. Quando o pai vai entregar a atividade, a gente pergunta: [o aluno] 'tá' conseguindo fazer direitinho? Olha, fulano mora perto dele, fala pra ele fazer contato e pedir ajuda pra ele, se for possível (SUPERVISORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL: depoimento verbal [2020]. Rio Preto).

Mesmo sabendo da capacidade da instituição escolar em agravar e reproduzir desigualdades, temos ciência de que sua ausência certamente agravaria ainda mais os processos de exclusão. A opção exclusiva pela educação virtual, a ausência do acompanhamento educacional ou o abandono do estudante por parte da escola neste momento de crise acentuariam ainda mais as desigualdades sociais pré-existentes. Neste sentido, a Escola Municipal investigada não se furtou a garantir a permanência das atividades pedagógicas e, concomitantemente, assegurou que a comunicação e interação entre famílias e instituição fosse continuada. A entrega dos materiais aos responsáveis possibilita a escola acompanhar e orientar especialmente as famílias carentes. Segundo os entrevistados, muitas famílias são beneficiárias de algum tipo de programa social do governo federal e, para algumas delas, a merenda escolar representa uma importante fonte de alimentação diária do estudante. Com o modelo adotado, os agentes escolares - em grande medida conhecedores da realidade socioeconômica das famílias dos estudantes - podem auxiliar com orientações e encaminhamentos daqueles que estejam passando por algum problema ou necessidade. A escola, em articulação com a comunidade, permite que as vulnerabilidades dos alunos e de suas famílias sejam identificadas, acolhidas e acompanhadas pelo poder público. Usualmente essas pessoas são instruídas a procurarem o Centro de Referência de Assistência Social do município (CRAS), que tem acompanhado a situação das famílias, mapeado as demandas da população e ofertado a inscrição em projetos, programas, serviços e benefícios. Segundo os entrevistados, o diálogo entre escola, CRAS e Conselho Tutelar acontece frequentemente.

Ressalta-se, portanto, a maneira como a Escola Municipal assume-se como uma instituição de construção do conhecimento, mas também como espaço de acolhimento e de proteção social e emocional de seus estudantes. A instituição investigada vai ao encontro do que propõe Tabarini (2020) em relação a escola pública que, especialmente em tempos de pandemia, deve atuar simultaneamente como uma comunidade de aprendizagem e de cuidado.

A aproximação entre os diferentes membros da comunidade escolar em Rio Preto é facilitada não só pelo contingente populacional do município, mas também pelo número de alunos matriculados na escola. O reduzido número de habitantes permite que os laços estabelecidos se originem e se mantenham para além do ambiente educacional. Professores conhecem os alunos e seus familiares; a Secretária Municipal de Educação conhece bem os agentes escolares, suas realidades e trajetórias.

Esta convivência comunitária reforça a adesão às práticas propostas pela instituição investigada e permite que a aproximação e interação entre escola e comunidade aconteça de forma bastante consistente. A participação e a adesão dos alunos e de seus familiares a educação remota, de acordo com a supervisora pedagógica, direção e vice-direção, são bastante elevados. Quando o responsável pelo aluno não vai buscar o material na data agendada, supervisão e direção entram em contato com sua família. Em situações excepcionais, se os pais não podem buscar o envelope destinado ao estudante, a entrega pode ser feita em sua residência por um vizinho ou por alguém que more perto. Reitera-se que tais situações são oportunizadas em razão de estarmos falando de um universo pequeno, facilitado pela convivência comunitária de uma cidade do interior.

Não houve nenhuma desistência ou abandono escolar desde o início do regime não presencial, segundo todos os entrevistados. Contrariamente, alguns responsáveis por alunos do Ensino Fundamental de outra escola que não havia definido até então os caminhos a serem seguidos, buscaram a Secretaria Municipal na tentativa de realizar a transferência dos estudantes para uma das instituições municipais que havia adotado o modelo de entrega de materiais impressos. Embora tais transferências não tenham se realizado, o desejo por sua efetivação sinaliza, segundo a Secretária Municipal e a supervisora, não só a aprovação do modelo proposto, mas também a busca por um apoio pedagógico e comunitário neste difícil momento de pandemia.

Para finalizar, é importante mencionar que os cortes realizados nas áreas da saúde e educação públicas, motivados em grande medida por um modelo neoliberal, fez-se sentir de maneira bastante dura neste período de pandemia. A deterioração das políticas sociais se pauta, em grande medida, no discurso de crise financeira dos estados, e vem desencadeando privatizações em áreas onde os serviços públicos são fundamentais (SANTOS, 2020). Contraditoriamente, estes mesmos estados foram agora convocados a socorrerem aos mais vulneráveis, mesmo com suas capacidades de respostas comprometidas por tais orientações liberais. A escola pública, já central em tempos de pretensa normalidade, assume importância ainda maior no enfrentamento conjunto dos problemas causados pela pandemia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios decisórios que devem reger as decisões em educação necessitam se voltar para a democratização da educação pública e não se ater aos discursos hegemônicos que oferecem soluções fáceis e mágicas que agudizam ainda mais os processos de exclusão e de desigualdade.

Não se pretendeu ao longo do trabalho fazer uma avaliação dos resultados pedagógicos oriundos do modelo proposto, tampouco criticar a EaD. O exame dos percursos propostos pelo município, de avaliação da aprendizagem dos alunos e a análise pedagógica dos professores devem ser feitos em momento oportuno para que se compreenda a efetividade do modelo de educação remota adotado.

O ensino remoto não substitui a educação presencial. Por mais adequado e atento a realidade, devemos considerá-lo uma medida emergencial e não um sucedâneo do processo ensino-aprendizagem. Sabemos da importância das relações sociais no processo educacional e reconhecemos que a escola é um importante espaço de socialização.

Reconhece-se que a ausência das perspectivas dos alunos e de seus responsáveis é uma limitação do presente trabalho. Lamentavelmente, até mesmo em razão do distanciamento social imposto pela pandemia, não foi possível realizar entrevistas com estudantes e seus familiares. Entretanto, ressalta-se que a proposta foi apresentar as estratégias adotadas durante o período de suspensão de aula presenciais no contexto da Educação Básica - em especial a experiência de uma escola municipal de Ensino Fundamental II - à luz da sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Souza Santos.

O modelo de educação remota escolhido pelo município possibilitou ilustrar que, para além dos muitos problemas vivenciados por um sistema educacional, é possível pensar de maneira participativa algumas ações ancorando-se na realidade local. Rio Preto, embora epistemologicamente distante dos centros de poder, não está livre da lógica da globalização hegemônica, que hierarquiza e enfraquece as formas locais de pensar e agir. Entretanto, por meio da sociologia das ausências e das emergências buscamos presentificar as estratégias adotadas pelo município porque sua escolha ancorou-se em uma decisão democrática e local, garantindo que nenhum aluno fosse excluído do processo educacional. O caminho proposto, ao

mesmo tempo em que possibilita o acesso ao conhecimento, o faz pautando-se em valores como solidariedade e empatia e conectando-se às necessidades das pessoas. Definitivamente, ensinar transcende a transferência de conhecimentos, como nos ensina Paulo Freire.

No final de agosto, alguns estados já previam o retorno às aulas presenciais. Minas Gerais encontrava-se avaliando os meios mais seguros para a retomada das atividades. Em meio a uma série de incertezas sobre o vírus e algumas promessas de vacinas, é importante destacar que não há uma “receita pronta” capaz de solucionar as complexas questões que envolvem a pandemia. Cada estado e município deverá estar atento a sua realidade. Caso as atividades presenciais sejam retomadas antes da vacinação em massa, o ideal é que os protocolos sejam elaborados de maneira democrática, participativa, transparente e respaldada nos argumentos apresentados pelas autoridades de Saúde, Educação e Assistência Social. Uma grande parcela da população brasileira é pertencente à comunidade escolar o que demanda, portanto, muito cuidado e proteção no momento de retorno às aulas. As redes municipais de educação possuem o grande desafio de lidarem com as adversidades financeiras em meio a desobrigação do Governo Federal em prestar assistência aos estados, municípios e Distrito Federal para a realização das atividades pedagógicas remotas e para o retorno das aulas presenciais. Em meio a um momento de muitas perdas afetivas e emocionais, gestores públicos e comunidade escolar precisam dialogar e refletir juntos sobre o momento e as condições para a retomada das atividades presenciais, tendo como princípio fundamental o direito à vida.

7. REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S.** Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 4.ed. Portugal: Porto Editora, 2003.
- BORDIEU, Pierre.** Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude.** A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Minas gerais).** Nota de Esclarecimento nº 01/20. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Zg_iPGLzUYJAUKP92latpgtcuBycf08e/view Acesso em 23/07/2020
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Minas gerais).** RESOLUÇÃO CEE Nº 474, de 08 de maio de 2020 - Dispõe sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/category/4-resolucoes> Acesso em 23/07/2020
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Minas gerais).** Nota de Esclarecimento nº 02/20. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10jqSN-mlV0UbyeBfDELOD2-LVVdIPxOD/view> Acesso em 23/07/2020
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC).** TIC Domicílios 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2020.
- O GLOBO** [on-line]. COVID-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. Rio de Janeiro, 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em: 23/07/2020
- GONÇALVES, Yara.** Fundação Lemann e os ataques à Educação Básica Pública em tempos de Covid-19. É no chão da escola que ocorre a troca de saberes entre professores (as) e alunos (as). Brasil de Fato [on-line], Recife, 06 de Abril de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2020/04/06/artigo-fundacao-lemann-e-os-ataques-a-educacao-basica-publica-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em: 08/06/2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-preto/panoramar>>. Acesso em: 27/07/2020
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** CIDADES. Panorama de Rio Preto. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-preto/panoramar>>. Acesso em: 27/07/2020
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).** Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2019. Disponível

em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 21 de julho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 27/07/2020

LANZA, Luíza. Material didático da rede estadual é revisado após críticas de educadores. R7 [on-line]. Minas Gerais. 10 de junho de 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/material-didatico-da-rede-estadual-e-revisado-apos-criticas-de-educadores-10062020>>. Acesso em 10/07/2020

MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan. Lemann dará maior ênfase a ensino virtual em suas fundações. Folha de São Paulo [on-line], São Paulo, 3 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/lemann-dara-maior-enfase-a-ensino-virtual-em-suas-fundacoes.shtml>>. Acesso em: 08/06/2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Boaventura e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em 18/06/2020.

RIO PRETO. Decreto Municipal nº 071 de 29 de abril de 2020. Dispõe sobre a Regulamentação da forma de trabalho dos profissionais da educação e a realização de atividades complementares extraclasse a distância pelos alunos da rede municipal de ensino no município de Rio Preto-MG

RIO PRETO. Decreto Municipal nº 042 de 16 de março de 2020. Declara situação de emergência em saúde pública no município de Rio Preto e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19).

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Portugal: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 63, out. 2002, p. 237-280. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF> Acesso em 27/04/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE/MG). Secretaria de Estado de Educação lança Regime de Estudo não Presencial para alunos da rede pública estadual de Minas. 2020. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/10854-secretaria-de-estado-de-educacao-lanca-regime-de-estudo-nao-presencial-para-alunos-da-rede-publica-estadual-de-minas>>. Acesso em 10/08/2020

TARABINI, Aina. Para qué sirve la escuela? Reflexiones sociológicas en tiempos de pandemia global. Revista de Sociología de la Educación-RASE, 13 (2)Especial, COVID-19, 2020, pp. 145-155. Disponível em: <<https://doi.org/10.7203/RASE.13.2.17135>>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). Nota pública - Uso da Educação a Distância (EAD). 2020. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/30-03-2020-23-55-nota-publica-uso-da-educacao-a-distancia-ead>>. Acesso em 18/08/2020

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). Ações das Secretarias Municipais de Educação durante a pandemia da Covid-19. 2020. Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/phptpO5gm_5f5a2b6942d76.pdf>. Acesso em 09/09/2020